

# **CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE: O OLHAR DOS COORDENADORES DE CURSO**

**Josielle Soares da Silva**–josiellesoares@gmail.com-UFRN  
**Alda Maria Duarte Araújo Castro**–aldacastro@ufrnet.br-UFRN

## **Resumo**

O objetivo deste estudo é analisar a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, procurando evidenciar, na visão de gestores e coordenadores de cursos, as contribuições do processo de mobilidade acadêmica proporcionadas pelo referido Programa em cursos de graduação na instituição citada. Foram utilizados como procedimentos técnicos a revisão bibliográfica, a análise de documentos, a tabulação de dados quantitativos e as entrevistas semiestruturadas. A revisão bibliográfica permitiu aprofundar os conhecimentos acerca dos fenômenos e processos que permeiam o objeto em estudo, com destaque para a globalização e a internacionalização; a análise de documentos proporcionou maiores conhecimentos sobre as diretrizes internacionais para a internacionalização e a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação implementada no país, como forma de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico. As entrevistas semiestruturadas foram feitas com os gestores da Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da UFRN e com os coordenadores dos cinco cursos que mais enviaram graduandos pelo Programa - Ciências e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Química, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Produção. As entrevistas possibilitaram a verificação das contribuições da internacionalização via mobilidade estudantil pelo Ciência sem Fronteiras para os cursos de graduação. O estudo evidenciou que os coordenadores entendem como importante a internacionalização no âmbito das instituições de ensino superior, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino, à troca de conhecimentos e o contato com uma cultura diferente. No tocante à contribuição do Programa para os cursos, os coordenadores não possuem a mesma visão. A análise revela que a contribuição para a efetiva internacionalização acadêmica e inserção da dimensão internacional no ensino superior, na visão da maioria dos coordenadores, é pouco profícua diante da forma como o Programa foi implementado, pois, não houve uma efetivação de laços acadêmicos entre as instituições.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Mobilidade Acadêmica. Ciência sem Fronteiras.

## **Introdução**

Esse estudo é um recorte de uma dissertação de mestrado que buscou compreender as contribuições que o Programa Ciência sem Fronteiras(CsF) apresenta na visão de gestores e coordenadores de cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para tanto, foram feitos estudos teóricos que evidenciam novas necessidades formativas para as instituições de educação superior dentro de um contexto de mudanças socioeconômico, cultural e tecnológico, o que implica diretamente novas demandas para a educação superior.

Como forma de atender esse novo cenário, a internacionalização da educação superior é colocada como uma estratégia que os países devem alcançar meios de responderem às demandas competitivas e econômicas do mundo globalizado. Isso leva as instituições a buscarem a internacionalização, uma vez que através dela pode-se elevar o avanço da qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão e promover a inclusão institucional no contexto mundial da educação superior. A internacionalização ainda é um processo em construção no âmbito da educação superior e se caracteriza, principalmente, por sua complexidade e por inserir-se em um amplo contexto de políticas públicas. Nesse cenário, entre os vários tipos de instituições que atuam nesse nível, as universidades tornam-se protagonistas desse processo, considerando a importância do seu papel no desenvolvimento da sociedade.

A Política de Ciência, Tecnologia e Inovação implementada no Brasil traz diretrizes indutoras para a internacionalização da educação em nível superior como forma de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico para o país. É evidente nos documentos as recomendações norteadoras dessa política, a exemplo do documento Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (Brasil 2010) em que é textualmente recomendado o incremento da internacionalização como forma de transferência do conhecimento científico para a aplicação e a formação de recursos humanos qualificados e no estabelecimento de novos modelos de organização da pesquisa na universidade.

Nesse contexto, o governo tem concedido grande visibilidade à Ciência, Tecnologia e Inovação(CT&I) na agenda internacional do país, com o lançamento do Programa Ciência sem Fronteira(CsF), em parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação cujos objetivos se concentram na concessão de bolsas de estudo para complementar a formação de estudantes brasileiros com vistas ao empreendedorismo, à competitividade e à inovação, em áreas consideradas prioritárias e estratégicas para o Brasil. Assim, o Programa objetiva aumentar a presença de pesquisadores e estudantes brasileiros de nível superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, em instituições consideradas de excelência no exterior, também visa a vinda de estudiosos ao Brasil por meio da modalidade da Atração de Jovens Talentos ou Pesquisador Visitante Especial.

### **O Programa Ciência sem Fronteiras**

Com a justificativa de responder às demandas do mundo globalizado e fortalecer a inserção das instituições brasileiras no cenário mundial para que possam alcançar o nível de

excelência exigido na atual conjuntura dos avanços científicos, além de atender às diretrizes postuladas na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação<sup>1</sup>, percebe-se uma estratégia do fomento e ampliação do conhecimento científico através da internacionalização, fundamentalmente em áreas menos desenvolvidas do ponto de vista tecnológico e da inovação. Essa ênfase reflete os atuais interesses nacionais, pois “a priorização e o financiamento de disciplinas relacionadas à ciência e à tecnologia, por exemplo, são o resultado da necessidade de competição do Brasil na economia neoliberal global”(Spears, 2014,p.154).

Nesse contexto, é instituído o Programa Ciência sem Fronteiras-(CsF) através do Decreto nº7.642 de 2011(Brasil,2011) que apresenta a proposta de intercâmbio e mobilidade com vistas à consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, buscando ampliar a inovação e a competitividade do Brasil através da concessão de bolsas no exterior com a finalidade de manter contato com “sistemas educacionais competitivos”. O governo procura, com o CsF, articular as demandas identificadas na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no que diz respeito a alcançar os avanços científicos em parceria com países tecnologicamente mais desenvolvidos através da internacionalização promovida pelo programa.

O Programa procura fazer a cobertura de todas as categorias de pessoal que poderá contribuir para a melhoria dos padrões de qualidade e inovação por meio da troca de experiência em universidades no exterior, assim foram criados vários tipos de bolsas: a)Graduação Sanduíche; b)Doutorado Sanduíche; c)Pós-doutorado; d)Doutorado pleno; e)Pesquisador Visitante Especial; f)Mestrado; g)Atração de Novos Talentos. Procura-se estabelecer um tipo de internacionalização mais ativa, não só enviando alunos para o exterior, mas também procurando estimular a vinda de estudantes e pesquisadores de outros países

Até o momento, o Programa apresenta a seguinte distribuição de bolsas implementadas:

---

**Tabela01: Distribuição de bolsas implementadas pelo  
CsF, por modalidade, até jan.2016**

---

<sup>1</sup> A Política de Ciência e Tecnologia no Brasil vem sendo conduzida com referência nas Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia. Organizadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia–MCT–e pela Academia Brasileira de Ciências–ABC–são realizadas desde 1985, ocasião em que nasce o Ministério da Ciência e Tecnologia, sob o comando do ministro Renato Archer. Depois de 1985, mais duas conferências foram realizadas, em 2001 e 2005, e mais recente, a de 2010. A Conferência de 2001 intitulada Ciência, Tecnologia e Inovação: desafios para a Sociedade Brasileira Ministério da Ciência e Tecnologia [MCT](2001)discutiu o modelo de financiamento para a área, baseado nos fundos setoriais, e criou o CGEE(Centro de Gestão e Estudos Estratégicos),organização social supervisionada pelo MCT.

<b>Modalidade</b>	<b>Número de Bolsas</b>
Graduação Sanduíche	73.353
Doutorado Sanduíche	9.685
Pós-doutorado	4.652
Doutorado	3.353
Pesquisador Visitante Especial	775
Mestrado	558
Atração de Jovens Talentos	504
<b>Total</b>	<b>92.880</b>

Fonte: Recuperado em abril,2016 de <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>  
Elaborado pelas autoras.

Analisando os objetivos expostos pelo programa, Chaves e Azevedo(2014) destacam que estão em conformidade com as políticas neoliberais que visam formar o trabalhador polivalente, inovador, competitivo e empreendedor de modo que se tenha a possibilidade e os meios para a adaptação à lógica do mercado internacional do trabalho. Para tanto, as bolsas ofertadas encontram-se em áreas definidas como prioritárias através da Portaria Interministerial nº1, de 9 de janeiro de 2013(Brasil,2013):

I-engenharias e demais áreas tecnológicas; II-ciências exatas e da terra; III-biologia, ciências biomédicas e da saúde; IV-computação e tecnologias da informação; V-tecnologia aeroespacial; VI-fármacos; VII-produção agrícola sustentável; VIII-petróleo, gás e carvão mineral; IX-energias renováveis; X-tecnologia mineral; XI-biotecnologia; XII-nanotecnologia e novos materiais; XIII-tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; XIV-biodiversidade e bioprospecção; XV-ciências do mar; XVI-indústria criativa; XVII-novas tecnologias de engenharia construtiva e XVIII-formação de tecnólogos.

Essas áreas prioritárias estabelecidas pelo Programa denotam, na visão Santos Júnior(2012), uma orientação ideológica concernente àquilo que o governo brasileiro entende como avanço científico. Trata-se de uma visão limitada de que o desenvolvimento do país se dará apenas pelo investimento em algumas áreas. O que merece reflexão, nesse aspecto, é a fragilidade da concepção de progresso científico e daquilo que poderia caracterizar o desenvolvimento social (Santos Junior,2012). O Programa, nesse contexto, alcança centralidade no direcionamento das políticas de ciência e tecnologia no Brasil, permitindo uma reflexão sobre a concepção de ciência que permeia as ações do Estado e atinge diretamente o funcionamento das universidades (Demari&Thiengo,2014).

## **O Programa Ciência Sem Fronteiras na visão dos Coordenadores de Curso da UFRN: contribuições e desafios**

Com o objetivo de investigar as possíveis contribuições da mobilidade estudantil do Programa Ciência sem Fronteiras no âmbito dos cursos, foram entrevistados os coordenadores dos cinco cursos que mais enviaram graduandos (Ciências e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Química, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Produção). Esses cursos estão na área prioritária Engenharias e demais Áreas Tecnológicas e o total desses estudantes, nos três anos analisados (2012, 2013 e 2014), nesses cinco cursos são cerca de 50% de todos os alunos que realizaram a mobilidade pelo CsF durante esse período, ou seja, é um número bastante significativo.

Os coordenadores salientaram a importância da internacionalização no âmbito das instituições de ensino superior, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino, à troca de conhecimentos e o contato com uma cultura diferente. Isso está bem destacado na fala do coordenador 1:

O processo de internacionalização, principalmente, nos ajuda a dialogar com diversas metodologias, então, se você dialoga como a Europa você tem uma determinada metodologia e uma determinada política de ensino que é diferente de quando você dialoga com o Canadá, que é diferente de quando você dialoga com a América Latina.

A avaliação da internacionalização também é vista positivamente pelo coordenador 2, enfatizando a mobilidade acadêmica no curso: “De forma geral, eu acho muito bom, a gente tanto envia quanto recebe”. O coordenador manifesta que o processo de internacionalização é “atual e necessário”, destacando que se deve pensar critérios “até que ponto a gente recebe e envia esses alunos”. A fala do referido coordenador revela que, na sua visão, a internacionalização deve ser uma troca de tecnologia e conhecimento: “[...]eu acho que tem que ser uma troca mesmo, uma permuta[...] troca de tecnologia, mostrar a nossa lá fora e trazer esse conhecimento da tecnologia lá também”. A internacionalização também é vista construtivamente pelo coordenador 4, que destaca a via da mobilidade acadêmica como um ponto proveitoso para o conhecimento do aluno:

acho que é extremamente proveitoso. Sou totalmente a favor do processo de mobilidade, pelo fato de que, mesmo que o aluno tenha um atraso no acompanhamento do curso, porque o que eles veem lá não é a mesma coisa.

A troca de conhecimento é enfatizada pelo coordenador 4 que reitera a importância de

o aluno ter contato com diferentes estruturas curriculares:

Nossa estrutura curricular é totalmente diferente da estrutura das demais universidades. Nós temos mudanças, nós não conseguimos ter a mesma estrutura, se forem universidades da mesma cidade ou do mesmo estado tem diferenças, imagine quando vamos para países distintos. Então, cada um tem seu perfil, tem sua área de atuação. Nosso curso aqui é muito generalista. O aluno tem uma visão geral de tudo. Tem cursos lá fora voltados mais para a área de transportes, para a área de recursos hídricos e saneamento.

Na visão do coordenador 5, a internacionalização também apresenta aspectos relevantes, pois “permite uma experiência rica ao estudante, proporcionando contato com uma cultura inteiramente nova”. Analisa-se que, para além de um mero intercâmbio, a mobilidade acadêmica internacional se revela como importante oportunidade de aperfeiçoamento de conhecimentos técnico-científicos e de ampliação das vivências acadêmicas, decorrentes dos contatos mantidos com os colegas de curso, professores, técnico-administrativos e comunidades envolvidas com as instituições receptoras, além de permitir a aproximação com áreas de pesquisa e de extensão de interesse dos estudantes e diferentes das que são oferecidas nas instituições de origem.

Quando o assunto se relaciona diretamente à contribuição do CsF para os cursos, os coordenadores não possuem uma opinião convergente. Dois coordenadores acreditam que existe sim uma contribuição do CsF para a qualidade do curso. Um deles expôs que o Programa influi positivamente pela experiência vivenciada na mobilidade, pela maturidade que adquirem e, principalmente, pelo contato com novas metodologias de ensino: “[...]eu acho que isso é fantástico, tem crescido na qualidade do curso da gente, o trabalho que eles conseguem desenvolver”(Coordenador 2). Além disso, outro fator que colabora para a elevação da qualidade do curso, de acordo com o coordenador 2, é a visão crítica do estudante quando ele volta da mobilidade, o que provoca uma discussão muito salutar sobre o curso, na visão da coordenação, pois enseja uma reflexão acerca da situação atual e formas de melhorar a qualidade do próprio curso.

Dentre as críticas que os alunos trazem para o curso, as mais recorrentes, segundo o coordenador 2 são: a metodologia, o excesso de aula, falta de liberdade para pensar, sendo que a quantidade de aula é o ponto de maior reclamação entre os alunos:

a quantidade de aula é a coisa que eles mais reclamam, que eles têm aula demais, que eles têm trabalho demais, que a gente tem de dar mais tempo para eles pensarem. E isso, de certa forma, a gente concorda mesmo.

O outro coordenador(3) que respondeu positivamente à contribuição do CsF em relação à qualidade do curso, argumentou acerca do aspecto do amadurecimento do aluno,

tendo em vista sua chegada ainda adolescente no ensino superior(pelo menos para a maioria) e que, por meio da mobilidade acadêmica, esse aluno fica mais interessado no curso e mais empolgado, se empenhando, inclusive para a aquisição de um segundo idioma.

O coordenador 4 também reitera o amadurecimento do aluno como uma interferência positiva na qualidade do curso:

Em termos de contribuição disso aí, eu acho que eles vêm com uma maturidade, com essa experiência de troca. Ele volta para a sala de aula[...] ele vem: ‘Professor, eu vi isso e isso lá a gente fazia de tal forma, então ele está dando a contribuição do conhecimento que ele adquiriu lá fora. É uma contribuição, mesmo que pequena, mas eu acho que eles trazem uma bagagem rica que pode contribuir aqui.

Entretanto, o coordenador 4 tem noção que essa é uma interferência mínima do aluno que realizou a mobilidade. Nesse sentido, relata que “falta mais o curso ‘puxar’ esses meninos para eles terem também espaço para passar isso para os demais alunos”. Por essas razões, na sua opinião, as contribuições da internacionalização via mobilidade pelo CsF, para o curso, ainda são insignificantes e necessitaria de uma organização institucional para efetivar alguma mudança nesse sentido.

No entendimento do coordenador 1, a internacionalização pela mobilidade acadêmica contribui para o curso apenas a partir do momento em que é mediada pelo docente, como acontece pelo BRAFITEC.

Um elemento salientado pelo coordenador 3 foi a aquisição de um segundo idioma: “eu acho que o ponto positivo é a questão linguística, o aluno vai ter contato direto com a língua e com a cultura, principalmente”. Para o coordenador 5, a principal contribuição se efetiva na troca de experiência proporcionada entre os alunos em mobilidade.

No que concerne especificamente ao CsF, o coordenador 1 é categórico ao dizer que ele praticamente não contribui para a universidade apesar de ponderar que é importante que o Programa se mantenha, porém, em sua fala, fica explícito que o problema está no controle dos alunos, no acompanhamento e cobrança por resultados mínimos:

Os nossos alunos vão, se a gente não tomar cuidado, a gente não sabe nem quem foi porque como essa relação é estabelecida diretamente com a Capes, o aluno não tem nem que fazer uma prestação de contas para a universidade, ele só comunica que vai, ele não tem nenhuma obrigação de dar o feedback, a gente mobiliza, a gente incentiva, mas se ele não quiser ele não faz.

A falta de autonomia da coordenação de curso nos processos decisórios em relação ao aluno em mobilidade acadêmica pelo CsF é bastante criticada pelos coordenadores 1 e 2, uma vez que a tramitação do processo de mobilidade se dá diretamente com o graduando e a agência de fomento, com intermediação da SRI. A coordenação não tem como interferir na

escolha da instituição para a qual o aluno se destinará nem na seleção das disciplinas, a não ser que o próprio estudante procure orientação para tanto. As informações acerca desses alunos em mobilidade também não são do conhecimento das coordenações, pois não existe uma forma de acompanhamento, não há um sistema integrado que permita aos coordenadores ter um mínimo de acesso ao processo de mobilidade acadêmica de seus alunos. Dessa forma, cabe às coordenações uma atuação meramente burocrática, como declara o coordenador 1:

[...]a única coisa que a gente faz é um despacho, a gente não faz mais nada!A gente despacha os documentos para a SRI, a coordenação não tem autonomia nenhuma, a gente não tem acesso aos aprovados, a gente não tem acesso a nada!E a gente tem que ficar solicitando pelo amor de Deus a SRI, que está super sobrecarregada porque é uma funcionária só, a listagem dos alunos que foram porque o fato de ele ter passado aqui e ter entregue a documentação, não significa que ele foi, a gente não consegue ter isso, não tem acesso via sistema, então nem para monitorar.O aluno sai com informação incompleta daqui e vai.

Analisa-se que essa constitui uma séria fragilidade do Programa, uma vez que a atuação das coordenações dos cursos seria importante na orientação efetiva para os destinos dos estudantes em mobilidade, porquanto inferimos que, no âmbito dos cursos, haja um conhecimento maior das instituições que são referência em cada área do saber, coisa que pode escapar ao entendimento do aluno e seus critérios de escolha podem se pautar por outras questões que não são, necessariamente, acadêmicas.

A ausência de participação da coordenação também é reiterada no discurso do coordenador 2:“A gente não tem nenhum controle. Tanto que ele vai, muitas vezes, ele já sabe qual a disciplina que ele vai fazer lá, isso é uma coisa que a gente não interfere porque é ele que escolhe ou a universidade que determina”. Portanto, o aluno apenas tem de procurar a coordenação para fazer o encaminhamento dos documentos e na volta para fazer o aproveitamento das disciplinas.

O planejamento das disciplinas, mesmo que o graduando busque orientação na coordenação de curso, muitas vezes, não é cumprido e pode não ocorrer por diversos motivos, segundo descreve o coordenador 1:

[...]seja porque o aluno não consegue visualizar e ter acesso à disciplina que ele quer, seja porque, ao chegar lá, ele se depara com uma realidade diferente e que ele é impedido de fazer e tem que fazer outras coisas.

Outro ponto que deixa a desejar no CsF e sobre o qual também não há nenhum controle por parte da universidade são os casos de alunos que voltam sem a devida comprovação do aproveitamento de estudos, pois não há nenhum trâmite legal que obrigue a prestação de contas por parte dos estudantes. Segundo o que expõe o coordenador 1, o aluno



não tem obrigação de apresentar desempenho mínimo: “[...]se ele reprovar em todas as disciplinas e mandar o boletim que ele cursou zero disciplinas, ele não precisa nem devolver dinheiro”. O coordenador 2 também se queixa dessa falha do Programa, segundo ele, houve um caso que foi informado da não comprovação de estudos por parte do estudante e que, mesmo antes disso, o processo dele com a CAPES já estava encerrado. Em suas palavras: “isso tira a nossa capacidade de reclamar e também durante o processo a gente não tem nenhuma atitude, a gente não tem o que fazer, foge totalmente ao nosso controle”.

Diante de tudo o que foi exposto pelos coordenadores de curso, referente à dinâmica do processo de mobilidade do aluno de graduação pelo CsF, pode-se constatar que o Programa tem interferido na dinâmica da maioria dos cursos analisados, porém não demonstra contribuir, de fato, para a efetiva internacionalização. De maneira geral, analisa-se que os coordenadores pactuam da visão de que o CsF é um programa com grande importância para os alunos e para a IES, existindo, na visão deles, um amadurecimento pessoal dos alunos que realizam a mobilidade. Apesar disso, o principal ponto negativo relatado é a falta de interferência da coordenação do curso com relação à mobilidade do aluno. Somando-se a essa fragilidade a questão de que não há requisitos mínimos, como por exemplo a exigência mínima de disciplinas, ou alguma penalidade para os alunos que reprovem disciplinas ou mesmo o curso de idioma que alguns alunos realizam no início da mobilidade.

### **Considerações finais**

O CsF se insere nas políticas de internacionalização via mobilidade acadêmica, atendendo às diretrizes internacionais. O Programa interage com diferentes esferas de poder, e abre campo para a inovação de ações entre órgãos governamentais. Nesse sentido, busca contribuir para o fomento tecnológico e desenvolvimento das áreas de maior crescimento no Brasil, as áreas de concentração do Programa, como Engenharias e Ciências Naturais e da Terra.

Desde 2012, quando, de fato, o CsF foi implementado, haja vista que a sua criação se deu no final do ano de 2011, a UFRN tem enviado estudantes de graduação, sendo a instituição que mais possui alunos em mobilidade pelo Programa no RN. Os cursos mais representativos de aluno no CsF, pela UFRN, são: Arquitetura e Urbanismo, Ciências e Tecnologia, Engenharias Civil, Química, e de Produção. Esses estão na área prioritária Engenharias e demais Áreas Tecnológicas. O total de estudantes enviados, nos três anos analisados (2012, 2013 e 2014), nesses cursos, constitui cerca de 50% de todos os alunos que realizaram a mobilidade pelo CsF, perfazendo um número bastante significativo de estudantes

em mobilidade pelo Programa na UFRN.

A análise das entrevistas revela que a contribuição do CsF para a efetiva internacionalização acadêmica e inserção da dimensão internacional no ensino superior é pouco profícua diante da forma como o Programa está implementado, pois como foi manifestando pelos coordenadores, não há uma efetivação de laços acadêmicos entre as instituições. Outro ponto negativo relatado por coordenadores e gestores da Secretaria foi a falta de autonomia da instituição e dos próprios cursos de graduação de interferirem no acompanhamento dos estudantes durante o período de mobilidade, sendo a coordenação do curso apenas um caminho burocrático pelo qual o aluno tem de passar para fazer a mobilidade acadêmica.

## Referências

Brasil(2010).*Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos,2010.

Brasil(2011).*Decreto nº7.642, de 13 de Dezembro de 2011*. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Recuperado em 20 de outubro,2013 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642)

Brasil(2013).Ministério da Educação. *Portaria Interministerial nº1, de 9 de janeiro de 2013*. Recuperado em 13 de fevereiro,2015 de [https://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC\\_MCTI\\_temas+prioritarios\\_Csf.pdf](https://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC_MCTI_temas+prioritarios_Csf.pdf)

Chaves, V. J. & Azevedo, A. K A.(2014).Mobilidade internacional: uma análise dos programas ciências sem fronteiras e licenciaturas internacionais. In:CABRITO,Belmiro, et al. *Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização*. Lisboa: Educa e autores,p.17-34.

Demari, C. L. & Thiengo, L. C.(2014) Ciência e políticas: análise do programa ciência sem fronteiras a partir de uma perspectiva gramsciana.*Educação e Fronteiras On Line*, Dourados/MS,4(11),mai./ago,39-56.

MCT(2001).*Livro verde de ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira*. Brasília, Distrito Federal:MCT.

Santos Junior, J. L. dos(2012) Ciência sem fronteiras e as fronteiras da ciência: os arrabaldes da educação superior brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís,16(2),jul/dez.341-351.

Spears,E.(2014) O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo& internacionalização da educação. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos-São Paulo,8(1),151-163.

